

O Comportamento Humano em Busca de um Sentido

**Vinicius Oliveira Seabra Guimarães
(Organizador)**

O Comportamento Humano em Busca de um Sentido

**Vinicius Oliveira Seabra Guimarães
(Organizador)**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C737	O comportamento humano em busca de um sentido [recurso eletrônico] / Organizador Vinicius Oliveira Seabra Guimarães. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019 Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-861-8 DOI 10.22533/at.ed.618192312 1. Comportamento humano. 2. Filosofia. 3. Sociologia. I. Guimarães, Vinicius Oliveira Seabra. CDD 170
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “O Comportamento Humano em Busca de um Sentido” é especialmente diversa e complexa, assim como o ser humano o é. Então, os textos apresentam inúmeras facetas da condição e da situação humana, desvelando as vulnerabilidades, as inquietações, as tormentas e os dramas que se estabelecem na formação da identidade humana. A partir desses distintivos, os autores e autoras apontam para caminhos diversos acerca da compreensão dos sentidos da vida e sinalizam para a importância das teias de relações sociais que, impreterivelmente, tornam o ser humano um sujeito coletivo.

Os textos versam acerca do adoecimento humano, dos transtornos sociais, da crise existencial, da construção da moralidade, da formação humana, da condição psíquica e da transformação social. Nesse sentido, os capítulos trafegam pelos campos da Sociologia, da Filosofia e da Psicologia, focando em geral nas Ciências da Saúde como plataforma de análise. O entendimento geral é que o ser humano permanece inconcluso, interminável e indecifrável. Contudo, apesar de tamanha complexidade inerente ao ser humano, é possível tatear algumas perspectivas e aferir algumas conclusões, ainda que provisórias, acerca dos sentidos atribuídos ao comportamento humano, e foi exatamente isso que os autores e autoras se propuseram fazer nessa obra.

Os capítulos remetem as realidades de várias regiões do Brasil, perpassando os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, e Rio Grande do Sul; também apresenta uma colaboração internacional de Buenos Aires, Argentina. As pesquisas foram desenvolvidas por professores e estudantes vinculados com a Faculdade de Tecnologia e Ciências – unidade Jequié/BA, Fundação Oswaldo Cruz, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Universidade Estácio de Sá, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Tiradentes e com a Universidade John F. Kennedy (Argentina). Nesse viés, compreende-se que essa diversidade acadêmica contribui para um olhar múltiplo, transdisciplinar e empático ao comportamento humano no cenário atual.

O percurso proposto inicia com uma discussão filosófica acerca da moral em Immanuel Kant. Depois se discute a questão da musicalidade como processo terapêutico. Posteriormente, entra-se no campo da inclusão social de crianças e adolescentes com doenças crônicas. Em seguida repousa-se o olhar sobre a formação infantil no espaço social imagético dos desenhos animados. Logo depois, parte-se para uma aproximação teórica entre Zygmunt Bauman e a crise existencial de estudantes universitários. No mesmo trajeto, em seguida, se analisa o consumo de drogas e o comportamento sexual de jovens na modernidade. Posteriormente, repousa-se a análise na convivência hospitalar como cenário de ressignificação e humanismo das práticas hospitalares dando ênfase a cultura de orientação ao erro e ao aperfeiçoamento da

comunicação. E, por fim, faz-se um relato acerca das possibilidades de transformação social e da integração acadêmica desenvolvida por uma universidade comunitária. Então, por ser diverso, complexo e instigante, convidamos a todos para ler e reler essa obra que apresenta perspectivas acerca do comportamento humano e suas insistentes buscas por sentidos.

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BOA VONTADE E O BOM MORAL NA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA MORALIDADE DE IMMANUEL KANT	
Renata Cristina Lopes Andrade Alonso Bezerra de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6181923121	
CAPÍTULO 2	12
MÚSICA NOS PROCESSOS TERAPÊUTICOS E/ OU REABILITACIONAIS: ANÁLISE DE SEUS PRINCÍPIOS, PRÁTICAS E BENEFÍCIOS	
Bárbara de Souza Bim Maria Clara Sales de Medeiros Souza Suellen Justina de Freitas Nadir da Glória Hagiara-Cervellini	
DOI 10.22533/at.ed.6181923122	
CAPÍTULO 3	26
A INCLUSÃO SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS NO BRASIL	
Davi Augusto dos Santos Soares Tayanne de Araujo Lobão	
DOI 10.22533/at.ed.6181923123	
CAPÍTULO 4	32
O OLHAR INFANTIL SOBRE RELAÇÕES E PAPÉIS DE GÊNERO A PARTIR DO DESENHO ANIMADO	
Viviane Ferracini Papis Plínio de Almeida Maciel Jr	
DOI 10.22533/at.ed.6181923124	
CAPÍTULO 5	45
CRISE EXISTENCIAL E O SENTIDO DA VIDA NO CONTEXTO DA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR	
Beatriz Nascimento Andrade Moura Juliane dos Santos Almeida Luane Seixas Pereira Cunha Larissa de Oliveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.6181923125	
CAPÍTULO 6	57
EFEITO BACO: UM OLHAR SOBRE A BUSCA PELO PRAZER ATRAVÉS DO CONSUMO DE DROGAS E COMPORTAMENTO SEXUAL DE JOVENS EM RAVES	
Liliane Botelho Antunes Menezes Norma Cristina Cardoso Brandão Julio Cesar Rodrigues Alberto Rodriguez Blanco Maria Cristina Rodrigues Guilam	
DOI 10.22533/at.ed.6181923126	

CAPÍTULO 7	69
CULTURA DE ORIENTAÇÃO AO ERRO: EXPLORANDO PERCEPÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE	
Norma Cristina Cardoso Brandão Liliane Botelho Antunes Menezes Mirna Miguel Passos Roberto Senini	
DOI 10.22533/at.ed.6181923127	
CAPÍTULO 8	79
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL QUE FACILITE A CONVIVÊNCIA E A COMUNICAÇÃO EM ENFERMARIA PEDIÁTRICA	
Ana Laura Schliemann Ludmylla Cursi Razza Michele Amorim da Silva Paula Prado Lima Tâmisa Pires Catão	
DOI 10.22533/at.ed.6181923128	
CAPÍTULO 9	90
PROJETO RONDON: OPERAÇÃO ENCANTOS DO VALE NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ E VALE EUROPEU-SC, NA PERSPECTIVA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA	
Rafael Amaral Oliveira Fernanda Guglielmi Faustini Sônego Giovana Vito Mondardo	
DOI 10.22533/at.ed.6181923129	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	93
ÍNDICE REMISSIVO	94

A BOA VONTADE E O BOM MORAL NA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA MORALIDADE DE IMMANUEL KANT

Renata Cristina Lopes Andrade

Universidade Federal do Rio Grande/FURG,
Instituto de Educação. Rio Grande/RS.

Alonso Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista/UNESP,
Departamento de Educação. Assis/SP

RESUMO: Examinando, do ponto de vista da moralidade, as ações, as condutas e os comportamentos da natureza humana, bem como a da possibilidade da formação e desenvolvimento moral mediante a complexa ação educativa, a qual envolve práticas educativas, escola, currículo, políticas públicas (dentre outros), contemplaremos, no presente capítulo, o pensamento de Immanuel Kant e o que ele nomeou, em sua fundamentação da moralidade, de ‘boa vontade’ e ‘bom sem limitação’, o que representa, de acordo com as elucidações kantianas, o bom moral.

PALAVRAS-CHAVE: Boa Vontade. Valor Moral. Formação Moral.

GOOD WILL AND GOOD MORAL IN RESEARCH ABOUT IMMANUEL KANT MORALITY

ABSTRACT: In examining, make the point of view of morality, as actions, practices and behaviors of human nature, as well as the possibility of formation and moral development,

using a complex educational action, which is the participation of educational practices, school, curriculum, public policies (among others), to contemplate in this chapter the thoughts of Immanuel Kant and his name, on their foundations of morality, of ‘goodwill’ and ‘good without limitation’, which, according to kantian elucidations, represents good morality.

KEYWORDS: Good will. Moral value. Moral Formation.

1 | INTRODUÇÃO

Examinando, do ponto de vista da moralidade, as ações, as condutas e os comportamentos da natureza humana, bem como a possibilidade da formação e desenvolvimento moral mediante a complexa ação educativa, a qual envolve práticas educativas, escola, currículo, políticas públicas (dentre outros), contemplaremos, no presente capítulo, o pensamento de Immanuel Kant e o que ele nomeou, em sua fundamentação da moralidade, de ‘boa vontade’ e ‘bom sem limitação’, o que representa, de acordo com as elucidações kantianas, o bom moral. Buscaremos, portanto, a análise, a clarificação, a compreensão e a exposição de conceitos do pensamento moral kantiano, particularmente, na obra *Fundamentação da metafísica*

dos costumes, publicada em 1785, a primeira de sua filosofia moral. Teremos a *Fundamentação* sustentado as nossas análises, investigações, reflexões e exposições, porém, sem perder, visto não ser possível, os vínculos com o todo do pensamento de Kant – teórico, prático, estético.

Segundo Terra (2003, p. 68) as obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) e *a Crítica da razão prática* (1788) estão no âmbito da crítica kantiana sobre a moral, ou seja, no domínio da investigação, do exame e da análise reflexiva. Outras obras que compõe o seu sistema moral, por exemplo, *A Religião dentro dos limites da mera razão* (1793), *Metafísica dos costumes* (1796), *Antropologia do ponto de vista pragmático* (1798), *Sobre a Pedagogia* (1803), estariam na esfera da ciência, ou seja, da efetivação, do alcance, da realidade ou realização dos princípios morais anteriormente fundados.

Ainda de acordo com os apontamentos de Terra, a diferença entre o sistema da crítica, também chamada de parte pura da filosofia moral kantiana, e o sistema da ciência, a parte empírica, estaria no fato de que a primeira se concentrou na formulação da lei moral, na fórmula universal da moralidade, enquanto que o segundo, vale dizer, o sistema da ciência, levando em consideração a natureza humana, as especificidades do ser humano, buscou determinar os princípios morais para o caso da natureza humana, se preocupando com a efetivação, realização ou alcance moral a partir do ser humano.

O sistema da crítica pressupõe uma fundamentação da moralidade, representa a possibilidade de um princípio supremo da moral, indica e justifica a fórmula determinada de todo o *dever-ser*. Por outro lado, a determinação particular dos princípios como princípios humanos, encerra-se no âmbito do sistema da ciência.

Podemos pensar que a transição do sistema da crítica moral para o sistema da ciência moral, significa a possibilidade de acrescentar um mínimo de empiricidade sem que o caráter fundamental puro seja comprometido, sem que haja rupturas com a lei moral pura fundada anteriormente. À fundação da moralidade coube o fundamento relativo ao princípio da ação, porém, se há a preocupação moral, é necessário estar atento para que a ação no real não implique uma inteira ruptura com a legislação moral pura, mas, antes, represente o suplemento de uma tal lei, ou seja, a ação vai procurar efetuar a moralidade, na medida em que torna possível o seu exercício externo.

Desse modo, podemos pensar a Filosofia Moral de Kant constituída e sustentada, apropriadamente, por duas partes: i) uma parte pura (não empírica), na qual há a busca do princípio supremo da moralidade, isolado de toda particularidade, de todo dado empírico, eis unicamente o momento de busca e fixação do fundamento da ação que pode apresentar valor moral; ii) uma parte empírica, que consiste na verificação da possibilidade da efetividade do princípio moral supremo, nesse momento, levando em conta a espécie humana, suas limitações, finitude, peculiaridades, a sua própria condição. Há a preocupação com a realização das ações em geral com valor moral.

Dividir a Filosofia em pura e empírica, é plausível tendo em vista que a filosofia

pura cuida do pensamento, da reflexão teórica, enquanto que a filosofia empírica da aplicação. Em geral, pensamos que é somente nessa perspectiva que tal divisão, filosofia pura e filosofia empírica, se promove, afinal, a filosofia foi e é intimamente guiada e ligada pelas questões humanas, isto é, sobre e do ser humano.

Por outro lado, no interior da filosofia moral de Kant, afirmamos que essa divisão se sustenta, primeiramente, em razão das preocupações do filósofo tendo em vista a moralidade, ou seja, a busca e fixação de princípio moral supremo puro, as leis necessárias da moralidade (KANT, 1997, p. 226) e, segundo, quando levamos em consideração a necessidade da divisão da metafísica dos costumes análoga à da metafísica da natureza, conforme aponta Kant no Prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

Em Kant, a citação de algumas passagens é suficiente para marcar essa posição, não são poucos os momentos em que o filósofo nos acena com a divisão da filosofia moral em pura e empírica. Por exemplo:

A metafísica dos costumes, ou *metaphysica pura*, é apenas a primeira parte da moralidade; a segunda parte é a *philosophia moralis applicata*, antropologia moral, à qual os princípios empíricos pertencem [...] A filosofia prática geral é propedêutica. A antropologia moral é a moralidade aplicada ao homem. *Moralia pura* é baseada em leis necessárias, e assim ela não pode ser fundamentada na constituição particular do homem, e as leis baseadas nisso ficam conhecidas na antropologia moral sob o nome de ética (KANT, 1997, p. 226).

Ou:

Desta maneira surge a ideia duma dupla metafísica, uma Metafísica da Natureza e uma Metafísica dos costumes. A Física terá sua parte empírica, mas também racional; igualmente a Ética, se bem que nesta a parte empírica se poderia chamar especialmente Antropologia prática, enquanto que a racional seria a Moral propriamente dita (KANT, 1980, p. 103).

2 | A BOA VONTADE E O BOM MORAL

Inicialmente, eis algumas questões que guiarão as nossas reflexões: i) segundo Kant, o que podemos entender por bom sem limitação? ii) por que, em sua investigação sobre a moralidade, Kant recorre e, mais, parte de algo que deve ser ilimitadamente bom? iii) qual o sentido da equivalência entre o ilimitadamente bom com o valor moral das ações humanas? iv) por que, segundo Kant, algo que possa apresentar um valor ilimitadamente bom é necessário à fundamentação da moralidade?

Na primeira seção da obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, o filósofo, apresenta algo que pode possuir um valor ilimitadamente bom, diz ele: “Neste mundo, e até fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade”. (KANT, 1980, p. 109).

Desse modo, sobre a primeira questão, vale dizer, o que podemos entender por

algo que tenha o valor de ilimitadamente bom, Kant diz que ilimitadamente bom é apenas uma só coisa, a boa vontade. De acordo com as exposições do filósofo, o ilimitadamente bom diz respeito a algo absolutamente bom, isto é, bom sem ressalva, incondicionalmente bom, o que significa que não há quaisquer fatores condicionantes que indicam ou impõem o seu valor de ser bom. Esse bom sem limitação, independente de qualquer outro dado, esse bom específico que nos fala Kant em sua *fundamentação* da moralidade, só pode ser, segundo ele, a boa vontade.

Nos parágrafos inaugurais da primeira seção da Fundamentação, Kant declara a boa vontade, enquanto a única coisa passível de se atribuir o valor de ilimitadamente bom, pela recusa daquilo que ela não é, ou seja, de modo negativo. Assim, Kant distingue a boa vontade de todos os outros dados que frequentemente chamamos de bom, as qualidades, os atributos, os talentos. Não são poucas as vezes em que atribuímos o valor de ser bom às qualidades do espírito, às qualidades do temperamento, por exemplo: coragem, compaixão, piedade, moderação nas emoções, autodomínio, calma, caridade.

A posição de Kant é de que tais atributos são certamente bons e em muitas ocasiões parecem até constituir o valor íntimo de uma pessoa. No entanto, estão muito distantes do que podemos considerar de bom sem limitação, o bom, na concepção de Kant, moral, pois “[...] na experiência, terá sempre de estar muito limitado”. (KANT, 2004, p. 121). O que Kant aponta como ilimitadamente bom, se estabelece isento de toda e qualquer condição limitante, é bom em si e por si mesmo, não apresenta qualquer condição, ou ulterior fim, para poder apresentar o seu valor de bom.

Bom em si e por si mesmo não parece ser o caso dos atributos do espírito ou do bom temperamento, afinal, podemos, por vezes, controlar as nossas emoções, agir com calma e tranquilidade para sustentar uma mentira, que, caso revelada, poderia nos colocar em alguma situação desconfortável. Veja, nesse caso, o atributo de ser calmo e ter autocontrole, poderia resultar em dissimulação.

O que devemos observar aqui é que a bondade, o valor de ser bom, da calma ou do autocontrole, estará diretamente ligado/condicionado à bondade da vontade que guiará esses atributos ou qualidades. Note, o valor de ser bom ou mau dependem, diretamente, da vontade boa ou má que estará na base do uso dos atributos, talentos, predicados ou qualidades de um indivíduo. Nas palavras de Kant:

Algumas qualidades são mesmo favoráveis a esta boa vontade e podem facilitar muito a sua obra, mas não têm todavia nenhum valor íntimo absoluto, pelo contrário pressupõem ainda e sempre uma boa vontade, a qual restringe a alta estima que, aliás com razão, por elas se nutre, e não permite que as consideremos absolutamente boas. (KANT, 1980, p. 109).

Logo, atributos, qualidades, talentos, uma boa natureza, sempre dependem, diretamente, de uma vontade que os guiam, o que significa que sempre dependem da bondade da vontade para que possam ser ditos bons. Atributos, predicados, qualidades

ou talentos da natureza humana sempre estarão condicionados à bondade da vontade que os movem para poderem ter o seu valor de bom.

Höffe (2005, p. 192), observa que todos os concorrentes da boa vontade, além de não serem simplesmente bons, podem ainda ser de “dois gumes”, ou seja, podem permitir ora o bem e ora o mal, podem admitir tanto o uso bom e desejável, quanto o uso mau e prejudicial. Tais possibilidades não ocorrem com a vontade, enquanto boa ou má, somente a vontade poderá decidir qual a direção seguirá. O que implica que na ausência de uma boa vontade, a calma, a coragem, o autocontrole, a audácia, dentre outros, podem também ser maus em alguns casos. A sua bondade ou maldade, dependem, diretamente, da vontade que move e comanda esses atributos, qualidades, predicados, temperamentos.

Caso não haja a boa vontade para corrigir e guiar as qualidades, predicados, dons, talentos, eles sempre estarão sujeitos a alterações, corrupções, perversões, isso significa que a sua bondade é dependente ou condicionada pela vontade que os anima. Conforme explica Kant:

De que serve, dir-se-á, que este homem tenha tanto talento, que ele com isso até seja muito ativo e desse modo exerça uma influência útil no ser comum e por isso possua um grande valor em relação tanto ao que concerne às circunstâncias da sua felicidade, como ao proveito dos outros, se não tiver uma boa vontade? É um objeto desprezível, se o considerarmos o seu interior (KANT, 1993, p. 283).

Acerca da boa natureza, a tendência ou disposição natural ao bem, na *Antropologia*, Kant ressalta que um ser humano de boa natureza, por exemplo: “[...] não é teimoso, mas que cede; ele sem dúvida fica zangado, mas facilmente se acalma e não guarda rancor” (KANT, 2006, p. 181). Nesse sentido, ter uma boa natureza, algo que, de acordo com as concepções kantianas acerca da moralidade é distinto de agir segundo os princípios de uma boa vontade, se diz daquele indivíduo de temperamento brando, suas ações são próximas ao bom moral ou podem estar de acordo com o bom moral, o que representa o correto moral, porém a boa natureza se apresenta enquanto um impulso ao bom moral, sendo falha quando questionamos e investigamos o seu valor e as suas garantias de determinação, em todos os casos, do agir. A carência se dá justamente pela ausência do princípio enquanto o guia supremo da ação, sem o princípio a ação se revela, ao final, vacilante. Isso significa que não são ações exercidas segundo um princípio, antes por, por exemplo, tendências, disposições ou impulsos.

O problema da ação movida por impulsos, tendências, é que ora podem mover o ser humano a agir, ora não, e, se não movem, podemos deixar de realizar o que do ponto de vista moral é necessário. Kant chama atenção para o fato de que a boa natureza ou disposição natural ao bem é uma disposição distinta da disposição habitual ao bem, a disposição adquirida por hábito. Conforme aponta o filósofo, o hábito não tem por base nem mesmo o impulso natural, mas meras causas acidentais.

Desse modo, podemos, com mais facilidade, ir do impulso ao princípio do que

ir do hábito ao princípio, ou seja, é mais fácil inserir o princípio da ação ao sujeito de disposição natural ao bem do que para o sujeito de disposição habitual ao bem. De qualquer modo, tanto a ação natural quanto a ação habitual, carecem de valor, o próprio valor moral, que para Kant é essencial à moralidade.

Todas as qualidades ou os predicados que geralmente são ditos bons e que podem ser mesmo úteis aos seres humanos, possuem, segundo Kant, um preço, somente o a boa vontade pode apresentar um valor próprio acima de qualquer preço:

[...] o talento tem um **preço de mercado**, pois o soberano ou senhor local pode precisar de um homem assim de várias maneiras; – o temperamento tem um **preço afetivo**, e a gente pode se dar bem com ele, quem é um companheiro agradável. (KANT, 2006, p. 188).

Aqui está a diferença entre preço e valor, a distinção de valor de mercado, ou, conforme aponta Kant na *Fundamentação*, o preço venal e o valor moral. O conteúdo moral não está na vantagem ou na utilidade que, por exemplo, a ação pode criar, pois, se assim fosse, teria um valor corruptível, equivalente ou venal, o valor moral que está na própria moralidade, na preocupação moral, nenhum outro interesse estimula ou constrange.

Kant traz a vontade humana enquanto uma faculdade de desejar: de apetição ou volição. A vontade, segundo a perspectiva kantiana, é uma faculdade própria do ser racional de agir mediante a representação de certa normatividade. No entanto, para o caso da natureza humana, por sua constituição dual, por não ser meramente um ser racional, mas também sensível, essa norma de ação pode estar diretamente ligada ou i) à sua constituição sensível – afetos, paixões, impulsos, inclinações – eis uma vontade (*Willkür*) sensivelmente afetada, as escolhas e decisões são causadas/movidas pela sensibilidade ou ii) à princípios práticos, oriundos de uma razão prática que se apresenta enquanto legisladora e se identifica com a vontade do ser humano, eis uma vontade (*Wille*) não afetada, enquanto razão de determinação, por qualquer sensibilidade, a escolha, a decisão ou o motivo do agir, será por reconhecimento e adoção da lei prática, isto é, por razões morais (ou dever). Exemplificando: mesmo que eu não seja um filantropo e não queira fazer caridades por prazer, a boa vontade movendo a minha ação, por reconhecimento e adoção da lei prática, por dever me ordenará fazer o bem ao próximo, independente de amá-lo ou preocupar-me com a sua sorte.

Queremos evidenciar que, com Kant, a vontade humana é inerente a uma faculdade ou capacidade de oferecer normas a si mesma, de agir segundo a representação de regras ou leis, por (*Willkür*) ou independentemente (*Wille*) da coerção dos interesses privados.

Portanto, Kant conclui que *ilimitadamente bom* apenas é a boa vontade. Se não houver a *boa vontade* para corrigir e guiar as qualidades, predicados, dons, talentos, temperamentos, eles sempre estarão sujeitos a corrupções e perversões, podendo

ser bem ou mal utilizados, isso significa, que a sua bondade depende (é sempre condicionada) da vontade que os anima.

Na fundamentação kantiana da moralidade, sobre esse algo que possa ter o valor de ilimitadamente bom analisamos que: i) as qualidades do temperamento (a índole sensível) e a boa natureza (a disposição natural) são sempre condicionados e, desse modo, não podem revelar o valor absolutamente bom, ou seja, ser moralmente bom, para poderem apresentar um valor dito bom, deverão estar sob os princípios de uma boa vontade, ou seja, sempre são condicionados à bondade da vontade que os animam para poderem ser ditos bons; ii) tendo em mente o moralmente bom mister se faz os princípios da boa vontade, a única ilimitadamente boa, pois sem os princípios de uma boa vontade todas as qualidades e os atributos de um indivíduo ficam à sorte de corrupções e perversões, podendo em certas ocasiões serem maus e prejudiciais se a vontade que haja de fazer uso destes não for uma vontade boa, além disso, podem ora mover o agir e ora não.

Tais alternativas, a índole sensível ou a disposição natural, são só condicionadamente boas e a condição para ser bom se encontra na vontade boa, que, por sua vez, é boa não por condições superiores, mas muito antes em si mesma. (HÖFFE, 2005, p. 192). Vemos, nesse momento do pensamento de Kant, o contraste com a filosofia moral tradicional, pois o simplesmente bom não reside em um objeto supremo da vontade, mas na própria vontade boa.

Nas palavras de Kant: “A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer”. (KANT, 1980, p. 110). Isso significa que boa vontade é boa em si e por si mesma, considerada em si mesma, independente, por exemplo, de atingir a felicidade ou alcançar um objeto desejado. O que caracteriza esse valor de bom ilimitado não é propriamente este ou aquele fim, que se pode alcançar pela ação, mas é a própria vontade – boa em si própria – eis o que caracteriza em Kant a incondicionalidade da boa vontade.

Após analisar o que Kant nomeia de ilimitadamente bom, ou seja, somente a boa vontade, e porque somente ela (a boa vontade) pode ser boa sem reservas, porque a boa vontade não está sujeita a nenhuma limitação, devemos buscar compreender e expor por que Kant recorre e, mais, parte, em sua investigação sobre a moralidade, sobre os fundamentos do agir moral, de algo que deve ser bom sem limitação.

Kant, em sua busca pelos fundamentos da moralidade, o que representa as buscas pelos fundamentos das exigências do agir moralmente, parte da análise dos juízos morais da razão vulgar, isto é, do conhecimento comum da moral. Devemos ressaltar que não é do interesse do filósofo introduzir na consciência comum novos valores e princípios, antes fundamentar os já existentes na razão vulgar. Segundo o Kant (1980, 122), a razão comum necessita de uma ciência, a ciência *a priori* da conduta, porém, não para ensinar ou mostrar algo novo, mas para fundamentar e assegurar, impor ordem e estabilidade aos valores já presentes em toda consciência

humana. Esse será o passo fundamental da razão comum para a filosofia moral.

Delbos, na obra *La philosophie pratique de Kant*, nos diz sobre a conexão proposta por Kant entre a razão vulgar e a filosofia prática. Diz ele: é certo supor que todo ser humano, mesmo o mais vulgar, seja capaz de conceber o que é obrigado fazer, ou seja, seja capaz de reconhecer qual é seu dever, no entanto, a inteligência comum que possui tudo o que precisa para saber julgar o bem e o mal moral não é competente para discernir, por ela mesma, os princípios de seus julgamentos morais, misturando espontaneamente, e com regularidade, princípios e casos particulares. (DELBOS, 1969, p. 413). Por isso, os conceitos fundamentais da filosofia moral devem ser determinados com rigor.

Veja, sendo dados os juízos que os seres humanos emitem sobre a moralidade na vida comum, Kant se coloca a questão de saber quais são os princípios e fundamentos que os determinam. Desse modo, partindo dos juízos morais da razão vulgar, o filósofo observa que para o senso comum, aquilo que é moralmente bom deve ser algo ilimitadamente bom. Noutras palavras, Kant observa que o senso comum não toma os juízos morais como algo relativo.

Wittgenstein (1993, pp. 38-9) ilustra essa correspondência entre o moralmente bom e o ilimitadamente bom com o seguinte exemplo. Suponha que alguém esteja jogando tênis e você diga: “Você não deve segurar a raquete assim, mas de outro jeito”, suponha que essa pessoa responda “Ok, não me importo em não jogar tão bem, apenas jogo por prazer”. Poderíamos dizer simplesmente “Então, tudo bem”. Mas, suponha que disséssemos algo como “Você não deve maltratar seus pais só porque eles estão velhos”, e a pessoa diga “Ok, não me importo em tratá-los bem”. Poderíamos dizer “Então, tudo bem”? Não, certamente diríamos “Você deve tratá-los bem”.

Notamos que a própria ideia de moralidade supõe que tomemos algo como um valor mais alto que condiciona nossas atitudes. O que podemos pensar de “mais alto” somente pode ser algo que é bom em todos os casos, isto é, o que é ilimitadamente bom, bom sem reservas.

Decorrente da segunda questão levantada, em uma investigação moral por que Kant parte de algo que deve ser bom sem limitação, chegamos ao ponto da equivalência, presente na afirmação inaugural da primeira seção da *Fundamentação* – “ilimitadamente bom apenas é uma boa vontade” – entre algo ilimitadamente bom com o valor moral das ações humanas, ou seja, o bom moral ou o moralmente bom. O parágrafo inicial da *Fundamentação* traz consigo a afirmação oculta de que algo “ilimitadamente bom” significa algo “moralmente bom”, o que justifica, em uma investigação moral, a busca pelo ilimitadamente bom.

Por fim, a quarta questão levantada em nossas reflexões acerca da filosofia moral de Kant, vale lembrar, por que, segundo Kant, algo ilimitadamente bom é necessário à fundamentação da moralidade, é justificada pela própria análise dos juízos morais da razão comum, nada podemos pensar de “mais alto” do que o ilimitadamente bom,

o que, segundo Kant, somente é a boa vontade. Através do bom sem reservas, o elemento moral é determinado e distinguido de todos os outros valores dito bons. Algo que seja ilimitadamente bom surge enquanto a condição necessária e suficiente para satisfazer a questão do moralmente bom.

Mesmo diante da mais desprovidas das naturezas, mesmo diante dos desfavores do destino, mesmo que não restasse nenhuma intenção, qualidades, ou forças, e somente afinal restasse a boa vontade, a única boa sem limitação, ela continuaria a ter o seu valor pleno, “continuará brilhando como uma joia” (KANT, 1980, p. 110), como algo que em si mesmo tem o seu valor, sem restrição ou relativo ao que quer que seja – qualidades, predicados, inclinações, dons, tendências, intenções, utilidades, fins, benefícios, contextos, circunstâncias.

Eis a bondade ilimitada da boa vontade, algo que em si e por si própria tem o seu valor pleno, absoluto e incondicionado, nada além da própria vontade pode acrescentar ou determinar (ser a condição) esse valor. Somente a vontade boa não é condicionada, por nada e em nenhum caso, no entanto, deve ser a condição de tudo o mais que se queria enquanto bom. Ademais, sobre a boa vontade, é oportuno destacar que, o próprio caráter moral ou o caráter da pessoa, de acordo com Kant na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, depende das escolhas e decisões do ser humano, as suas decisões e ações não serão impulsivas, instintivas, por inclinações, afeições, paixões, por uma tendência, talentos ou dons naturais, mas muito antes, deverão ser, caso haja a preocupação com o valor moral de uma ação, ações voluntárias segundo os princípios de uma boa vontade.

Na *Antropologia* Kant atenta para algo já exposto na *Fundamentação da metafísica dos costumes* acerca do caráter humano, não como uma índole sensível, mas enquanto uma índole moral. O filósofo chama a atenção para o fato de que agir por princípios ou ter um caráter (índole moral), representa algo completamente diferente de, por exemplo, ter uma disposição natural ao bem ou apresentar um temperamento bom, eis o que Kant indicou no início da *Fundamentação*, recolocado e desenvolvido posteriormente na *Antropologia*. Na *Fundamentação*:

Discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar, e como quer que possa chamar-se os demais *talentos* do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do *temperamento*, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso chama *caráter*, não for boa (KANT, 1980, p. 109).

De modo definitivo, em Kant, a boa natureza ou o bom temperamento não podem revelar a moralidade, a pessoa, ou seja, trazer à luz o caráter moral. A boa natureza ou o bom temperamento “é uma aquarela e não um traço do caráter”. (KANT, 2006, p. 189).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, mediante a análise da razão moral comum realizada por Kant, para que haja o moralmente bom, não basta que seja apenas bom, é necessário que seja ilimitadamente bom, é preciso que seja bom sem reservas e, segundo o filósofo, esse bom sem limites é somente uma coisa: a boa vontade.

Nesse sentido: *moralmente bom é apenas a ação segundo a boa vontade.*

Porém, é preciso dizer que para elucidar aquilo em que a boa vontade consiste, Kant o faz com o auxílio de outro conceito, o faz com o auxílio do conceito de dever.

Segundo o filósofo, o conceito de uma boa vontade já reside no senso comum, não precisa, portanto, ser ensinado, mas há a necessidade de esclarecimentos. Para esclarecer o que envolve o conceito de boa vontade, diz Kant, vamos encarar o conceito de dever, que contém em si o de uma boa vontade. Vejamos.

Tendo em vista as condições subjetivas do ser humano, as suas particularidades, limitações, inclinações, desejos, paixões, afecções, em suma, a sua constituição sensível, temos, de acordo com Kant, que a boa vontade não se encontra para o humano, na base de sua conduta, necessariamente, enquanto única e absoluta. Isso implica dizer que, em função da constituição sensível, já que o ser humano é um ser racional e sensível, dada as suas particularidades, nem sempre faz o que reconhece ser aquilo que a boa vontade faria, nesse ponto já podemos antever a necessidade do dever moral, considerando os seres humanos.

Ora, se a minha vontade não é naturalmente boa, se em muitos casos faço (por vezes em favor dos meus anseios particulares), aquilo que reconheço não ser correspondente ao que uma boa vontade faria, há, então, a necessidade do dever. A ação precisamente por dever é o que possibilita uma vontade, que às vezes pode ser boa e em outros momentos pode ser má, ser uma vontade boa, sustentando as realizações humanas.

O dever moral conduz a vontade do ser humano (ser sensível e racional) e ordena seguir os princípios de uma boa vontade, daí, para a vontade humana, a necessidade do dever, para que o ser humano seja determinado/movido pela boa vontade, a única ilimitadamente boa, vale dizer, moralmente boa.

Notamos que somente há sentido falar em dever àqueles indivíduos cuja vontade não é de antemão necessariamente boa, eis o caso da natureza humana. Para tal ser, ou seja, um ser finito (o ser humano), o dever se faz necessário ao lado de sua vontade para: i) fazer a da vontade humana uma vontade boa e ii) ordenar o indivíduo agir segundo os princípios de uma boa vontade. Nesse ponto, vale mencionar que na medida em que Kant busca os fundamentos da moralidade com o auxílio do conceito de dever, ele persegue o interesse de compreender o ser humano enquanto em ser moral.

Assim, os conceitos de dever e de boa vontade são complementares na fundamentação da moralidade kantiana, isto é, dever e boa vontade estão contidos um

no outro: o dever além de fazer da vontade humana uma vontade absolutamente boa, ordenará seguir essa boa vontade. No entanto, evidentemente, dever e boa vontade não são uma e a mesma coisa, não possuem o mesmo alcance conceitual, visto que o conceito de boa vontade contém o de dever unicamente sob a ressalva de certas limitações e obstáculos particulares.

Uma vez elucidado o que consiste a boa vontade no interior do pensamento moral de Kant, bem como, posto algumas considerações iniciais sobre a sua relação com o conceito de dever, resta, no intuito de refletir sobre as ações, as condutas e os comportamentos do ser humano à luz do desenvolvimento kantiano do princípio supremo da moral, dos fundamentos de uma ação que possa apresentar o valor moral, averiguar: i) em Kant, o que precisamente caracteriza a ação por dever?, ii) por que exatamente, segundo Kant, apenas a ação por dever é a única ação com valor moral? Questões que devem ser pensadas, refletidas e compreendidas em uma próxima investigação.

REFERÊNCIAS

DELBOS, V. **La philosophie pratique de Kant**. 3ª ed. Paris: PUF, 1969.

HÖFFE, **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, I. **Crítica do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

KANT, I. **Metafísica dos costumes**. Parte II: Princípios metafísicos da doutrina da virtude. Lisboa: Ed. 70, 2004.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

TERRA, R. **Passagens: estudos sobre a filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

WITTGENSTEIN, L. A Lecture on Ethics. In: KLAGGE and NORDMANN (ed). **Philosophical Occasions**, 1912-1951. Indianapolis and Cambridge, Hackett Publishing Company, 1993.

SOBRE O ORGANIZADOR

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães: Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica De Goiás (PUC Goiás) - linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura; Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica De Goiás (PUC Goiás - 2016); Pós-Graduado em Docência Superior pela Faculdade Grande Fortaleza (FGF - 2011); Pós-Graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Universidade Gama Filho (UGF - 2010); Pós-Graduado em Estudo da Bíblia pela Faculdade Evangélica de Teologia de Belo Horizonte (FATE-BH - 2006); Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica De Goiás (PUC Goiás - 2007); Licenciando em Sociologia pela Universidade Anhanguera (UNIDERP); Licenciando em Pedagogia pelo Centro Universitário FACVEST (UNIFACVEST); Desde 2004 atua como professor em Instituições de Ensino Superior: Faculdades OBJETIVO, FAP, FABEC, ICG, UNIEVANGÉLICA, FASUG, CGESP, UNIP, FAC MAIS, IUESO, FAC LIONS, Fundação Bradesco, SETAL, FACULDADE KURIOS, FATEID, SEPEGO, ETIC, SPRBC, SEID, IBCAF, STBIEG e STEBB; Desde 2015 atua como professor de cursos de Pós-Graduações: IPOG, FAI, Fac Delta e FAIFA; Possui vários livros e artigos científicos publicados na área de educação, juventudes, pobreza, sociologia e teologia. Atualmente, participa dos seguintes grupos de pesquisa/estudos: JUVENTUDE E EDUCAÇÃO, vinculado a Pontifícia Universidade Católica De Goiás (PUC Goiás); OBSERVATÓRIO JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE, vinculado a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG); e, NÚCLEO DE ESTUDOS DE RELIGIÃO CARLOS RODRIGUES BRANDÃO, vinculado a vinculado a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG). E, participa do seguinte projeto de pesquisa vinculado a Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica De Goiás (EFPH/PUC Goiás): DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO: JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XXI.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoecimento 5, 29, 30, 45, 50, 54, 79, 80, 81, 87
Androginia 41
Aprendizagem social 33, 69

B

Binarismo 36, 41

C

Cartoon Network 32, 34
Cidadania 90, 91
Comportamento de risco 57, 71
Comportamento sexual 5, 7, 57, 68
Convivência Hospitalar 5, 80
Cooperativismo 91
Corpo generificado 41
Crise existencial 5, 7, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 54
Cultura de orientação do erro 69, 74, 77
Cultura do erro 69
Cultura infantil 32, 36, 40

D

Deficiência visual 14, 18, 19, 22, 24, 25
Deficientes auditivos 14, 19
Depressão 12, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 45, 46, 50, 51, 55
Desenho animado 7, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43
Desenvolvimento humano 12, 17, 22, 23, 24, 92
Desenvolvimento infantil 32, 44
Doenças crônicas 5, 7, 26, 27, 28, 30, 31
Drogas 5, 7, 45, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 91

E

Enfermaria pediátrica 8, 79, 82, 84, 86, 87, 88
Escala Likert 61
Estudantes de nível superior 7, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54
Existencialismo 46, 47, 48, 54

F

Fatores humanos 69, 77
Fenomenologia 46, 47, 48, 55
Formação Moral 1

G

Gênero 7, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 55

H

Humanismo 5, 46, 47, 48

I

Immanuel Kant 5, 7, 1, 11

Internação Pediátrica 79, 80, 81, 82

J

Jean Paul Sartre 59

L

Laço afetivo 40

M

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon 90

Medo 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 85, 86

Meios de comunicação televisiva 32

Moralidade 5, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Música 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 43, 57, 59, 63, 85

Musicoterapia 13, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25

N

Natureza humana 1, 2, 5, 6, 10, 48, 50, 72

P

plataforma Survey Monkey 60, 61

Projeto Rondon 8, 90, 91

Psicologia 5, 12, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 54, 55, 56, 57, 72, 78, 79, 88, 89, 91

R

Relações interpessoais 79, 87, 90

S

Segurança do paciente 69, 70, 71, 73, 75, 77

Sentido da vida 7, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 56

Sexualidade 32, 35, 36, 43, 44, 62, 91

Socialização infantil 32

Sofrimento psíquico 45, 46, 50, 51

Steven Universo 32, 34, 35, 37, 38, 42, 43

T

Transformação social 5, 6, 91

Transtorno do espectro autista 12, 13, 24

V

Valor Moral 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11

Vazio existencial 49, 50, 53, 57, 59, 60, 64, 66

Z

Zygmunt Bauman 5, 45, 47

